



Exmo. Senhor Presidente ALRAA  
Senhoras e Senhores Deputados  
Exmo. Senhor presidente do Governo Regional  
Senhoras e senhores membros do Governo

Permita-me Senhor Presidente que me honre por poder pertencer a este grupo, poder dignificar o cargo público em que fui investida e, espero eu, com o meu trabalho e empenho honrar o Parlamento Açoriano com verdadeiras discussões de ideias e políticas construtivas - como tem sido o apanágio do Governo Socialista e desta Assembleia.

É, em todos estes momentos de reflexão que sentimos orgulho na revisão do que foi feito e uma vontade muito grande de encarar o futuro com a consolidação dos aspectos positivos e a coragem de ousar e desbravar novos caminhos. Quero assim cumprimentar e saudar na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia todos os senhores deputados e ainda manifestar, com grande ênfase, a minha total lealdade para com o Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores e restantes membros do seu governo para que possam ser cumpridas e concretizadas as políticas programáticas sufragadas expressivamente pelo povo açoriano.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

A educação deverá ser a primeira prioridade, como tem sido, das políticas públicas de qualquer governo e disso o programa deste X Governo Regional não foge à regra. Tal exigência continua a ser o resultado da consciência de que o atraso acumulado ao longo de décadas só poderá ser superado com um esforço da sociedade e o empenho de todos os seus intervenientes. **O desenvolvimento da educação e da formação, o progresso nas qualificações dos cidadãos e a aposta nas pessoas exigem um forte compromisso da sociedade.** É ainda consensual que o ensino de elevada qualidade e a formação ao longo da vida trazem benefícios multifacetados que superam a criação de postos de trabalho e a promoção da competitividade - é neste sentido que teremos que continuar a investir nesta legislatura.

A sociedade do conhecimento e da aprendizagem, na região, está a constituir-se num processo que tem obrigado: à melhoria de qualidade da educação básica, na lógica da criação de uma cultura de iniciativa, de responsabilidade e de cidadania consciente; à expansão e diversificação da formação inicial dos jovens com a criação de um ensino secundário que prepara melhor para a vida activa, apostando na qualificação, na relevância das formações -  **cursos tecnológicos e profissionais variados** - na produtividade e elevada empregabilidade das novas gerações; à promoção de uma autêntica aprendizagem ao longo da vida, na lógica da educação permanente e do reconhecimento das aprendizagens adquiridas (Centros de Validação/Reconhecimento de Competências), bem como à criação de condições para o desenvolvimento da sociedade da informação que tem

permitido esbater as barreiras de comunicação e de mobilidade, características da realidade insular.

As rápidas e profundas transformações que a sociedade vem sofrendo exigiram, da parte do nosso sistema educativo e das **escolas da nossa região, uma permanente atitude de actualização e renovação – “ A Educação é - e será sempre - um desafio dinâmico que obriga a uma constante revisão dos objectivos políticos e das medidas concretas”**.

É neste sentido que a educação, como primeira prioridade, se deve adequar às exigências do desenvolvimento humano numa região, num mundo e numa Europa em que a mobilidade e a complexidade caracterizam as relações sociais e em que a inovação e o conhecimento são factores essenciais do progresso.

Educação para todos, construção de uma sociedade educativa ou de aprendizagem, valorização da formação ao longo da vida e da relevância dos conhecimentos, educação básica de qualidade e ensino secundário com maior ligação à vida activa, ensino superior para o maior número de pessoas e nas melhores condições, forte aposta no rigor científico, nas tecnologias e nas artes - eis alguns dos pontos fundamentais para os quais temos que continuar a dar resposta, **aperfeiçoando as práticas**.

Senhor Presidente, Sras. E Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Numa sociedade em constante mudança a Escola fica, assim, sujeita a enormes expectativas, expectativas essas que devem ser encaradas sempre do lado do pensamento positivo e da acção crítica. É necessário continuar a fomentar:

- . a igualdade e promoção de competências para todos;
- . a cidadania e solidariedade de todos para todos;
- . e agir com eficácia numa situação de maior tensão.

Partindo de níveis baixos de qualificação, a região está hoje confrontada com a exigência de continuar o esforço significativo da última legislatura – quer continuando a apostar na rede regional de educação pré-escolar, que permitiu um aumento na pré-escolarização, quer na valorização dos ensinos básico e secundário e expansão e consolidação do ensino superior, na valorização das carreiras docentes, na formação contínua de professores e **na concretização de uma cultura de avaliação** - quer institucional, quer relativamente à docência, aos conhecimentos e às aprendizagens dos alunos. Como exemplo, citarei as conclusões do Relatório McKinsey relativamente aos países com melhores resultados e que foram avaliados pelo PISA (competências

Científicas dos alunos Portugueses da faixa etária dos 15 anos na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) Canadá, Finlândia, Japão, Singapura e Coreia do Sul, e que têm semelhanças em vários aspectos, a saber:

1º passo contrataram os melhores – “a qualidade de um sistema educacional não pode superar a qualidade dos seus professores” – a qualidade dos professores exerce a maior influência sobre o desempenho dos alunos (a maioria dos sistemas escolares não se esforça para seleccionar os melhores);

2º - o paradoxo da turma pequena, parece haver pouca ou nenhuma correlação entre o tamanho das turmas e as realizações educacionais;

3º - os melhores profissionais – a Coreia do Sul contrata professores de ensino básico entre os 5% de formandos com melhor desempenho nos seus cursos, Singapura e Hong Kong entre os 30% e, na prática, estes países pagam salários não superiores à média; limitam sim o acesso aos cursos via ensino. Nestes países o ensino é uma profissão de status elevada – porque é altamente competitiva;

4º - a competição como motivação – a Coreia do Sul demonstra como os dois sistemas produzem resultados diferentes. Os professores do ensino básico só podem ser formados em 12 universidades pré-seleccionadas. A admissão requer notas altas e o número de vagas é racionado de acordo com o nº de lugares disponíveis nas escolas. Em contraste, os professores de escolas secundárias podem obter os seus diplomas em qualquer universidade do país, com critérios de selecção menos apertados, gerando excesso de professores qualificados neste nível de ensino. Daí que o status profissional neste nível de ensino seja menor e todos preferem o “esforço” de entrada no básico. A conclusão parece ser a de que a admissão aos sistemas de formação de professores precisa de ser difícil e não fácil;

5º- formação de professores – Singapura prevê 100 horas de formação/ano aos seus professores e aponta professores veteranos para supervisionar o desenvolvimento profissional em cada escola. No Japão e na Finlândia, grupos de professores visitam as turmas de colegas e planificam aulas em conjunto, isto ajuda a difundir as ideias. Citando um educador “ quando um professor norte-americano brilhante se reforma, quase todos os planos e práticas das aulas que desenvolveu também são reformados. Quando um professor japonês se reforma, deixa um legado.”

6º - sistemas de avaliação de alunos – a pesquisa efectuada pela empresa McKinsey é neutra quanto à utilidade do método, apontando que, embora Boston teste todos os alunos anualmente, a Finlândia abriu mão dos exames nacionais. De maneira semelhante, escolas na Nova Zelândia e na Inglaterra são testadas a cada três ou quatro anos, e os resultados são divulgados em

público, enquanto que a Finlândia, líder mundial na educação, não tem processo formal de revisão e mantém sigilo sobre o resultado das suas auditorias informais, reflectindo e discutindo internamente as falhas ou sucessos.

7º - reforço – existe um padrão quanto ao que os países fazem quando os alunos e as escolas começam a falhar. Os países de melhor desempenho não hesitam em intervir, e o mais cedo possível. Em cada ano, um terço dos alunos finlandeses recebe educação suplementar em sessões individuais. Singapura oferece aulas adicionais aos 20% de alunos com desempenho mais fraco, os professores ficam, ocasionalmente por horas, na escola a fim de ajudar os mais fracos.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Não há modelos perfeitos e muito menos o que resulta em determinado sistema ou país não pode ser transponível, sem mais, para outra realidade e outro contexto no entanto, entenda-se, desta forma, que à lógica do sistema abstracto se contrapõe hoje, **a reflexão em contexto e a perspectiva da escola como espaço de relação, de aquisição de conhecimentos e transmissão de saberes, de compreensão, de tolerância e respeito mútuo.**

Não podemos ignorar que estamos actualmente a viver um momento de alguma críspação no ensino. O governo, talvez o mais reformista no âmbito da educação, introduziu profundas alterações ao funcionamento das escolas, tomando medidas que os docentes sentiram como gravosas em relação às condições concretas em que actuavam: aumento de tempo de trabalho dos docentes nas escolas; alteração no estatuto da carreira docente; alteração ao estatuto do aluno; modificação da legislação sobre gestão e administração das escolas; etc.

Se algumas das medidas legislativas foram aceites sem grande contestação, como a introdução de regras mais claras sobre formação contínua dos docentes (todos sabemos que a formação contínua nem sempre se dirige às necessidades concretas dos professores, das escolas e dos alunos), autonomia e gestão administrativa, algumas vieram criar um clima de algum descontentamento e de agitação nas escolas. A questão central parece colocar-se ao nível da quantidade de alterações num tão curto espaço de tempo e o nível das implicações para a vida dos docentes que decorreram dessas reformas. **“Roma e Pavia não se fizeram num só dia”**, mas também é necessário contrapor que as mudanças têm que se dar com alguma ruptura, pois citando Churchill **“ Isto não é o fim, nem mesmo o princípio do fim ... isto é o fim do princípio”**.

As sucessivas alterações legislativas têm criado “algum ruído” que infelizmente os professores entenderam como o retirar - lhes a autoridade tão necessária à sua acção enquanto educadores.

Continuando a caminhar para a valorização da diversidade de contextos escolares, promovendo a liberdade de actuação dos professores, pais, autarquias e outros agentes locais, com projectos educativos próprios e, concomitantemente, respeitando o princípio da subsidiariedade, concedendo sempre autonomia e liberdade de actuação às escolas, levará os profissionais docentes a valorizar e a acreditar na sua capacidade de acção e de melhoria da qualidade na educação. Valorizando os recursos humanos, neste quadro de responsabilização, possibilitará a todos uma evolução positiva mais concertada.

O governo está atento e tem consciência de que ser-se professor, hoje, é um desafio constante às capacidades destes profissionais, ao seu bom senso e à sua paciência. **Ser-se professor, hoje, é muito mais do que o “indivíduo que professa o ensino de uma ciência, arte ou língua”**; é-lhes também atribuído o papel de educadores, devido ao pouco envolvimento familiar, às mudanças que se estão a dar na sociedade, aos conflitos que se vivem... **Esta é, de facto, uma profissão vocacionada para a mudança e é isso que se tem pedido aos professores**. Com diálogo, cooperação e crítica construtiva estamos em crer que seremos capazes de levar para a frente este aliciente desafio – reforçar o papel do professor e o seu estatuto social!

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

É verdade que a escola tem manifestado alguma dificuldade em lidar com a “heterogeneidade social e as desigualdades”, porque ainda não soube criar “oportunidades apropriadas de desenvolvimento integral para cada um e para todos”. Um problema de tão vasta dimensão só pode ser resolvido com o apoio de todos os intervenientes no processo educativo, é preciso que toda a sociedade civil se agregue, **apoando**, na diversidade das suas intervenções, a escola, para que ela possa, então, cumprir o seu importante papel social: **fazer com que todos os jovens completem uma escolaridade de excelência, condição primeira da cidadania**.

Estruturar, transmitir, ajudar a adquirir os saberes fazem parte da função-chave da escola. Os saberes resistem a entregar-se quando nos aproximamos deles demasiado depressa, ou prematuramente. É necessário saber-se já muito para poder aprender mais. **A autonomia das escolas é um caminho e uma das grandes responsabilidades ao alcance de todas as unidades orgânicas da nossa região**.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Estamos convencidos que a questão do acesso à formação e ao saber permanece mais essencial que nunca. Os lugares tradicionais da formação e do saber, mas também a internet e seus derivados, os portais e bancos de dados, os centros de recursos, a rádio e a televisão e as inumeráveis redes de permuta, colocam, pelo menos em teoria, todos os saberes do mundo ao alcance da nossa mão. Torna-se importante a sua identificação, quais são os pertinentes num dado momento e para um determinado grupo por forma a facilitar e a agilizar os processos.

A formação, produtora de competências, deverá inserir-se mais directamente no posto de trabalho. Não apenas porque se redescobre as virtudes dessa formação e também porque se quer **“fazer entrar a formação na vida e a vida na formação”**. É importante validar competências adquiridas pela experiência (RVC- Centros de Validação/Reconhecimento de Competências), nomeadamente numa lógica de certificação, este processo apresenta-se como uma via de pleno acesso a títulos e diplomas permitindo uma dispensa parcial ou total do ensino ou formação prévias e que deverão ser reconhecidos com a mesma dignidade.

Fazer progredir os direitos e as capacidades de acesso ao conhecimento ao longo da vida é repartir de uma forma que se espera mais equitativa a herança cultural das gerações passadas; é também facilitar a abertura aos patrimónios materiais e imateriais criados pelo progresso das artes e ofícios, pelos avanços das ciências e das técnicas. **Em suma, melhorar as relações de cada um com o conhecimento é enriquecer as entidades individuais e, assim, o próprio exercício da cidadania.**

Por tudo isto deveremos continuar a criar um clima cultural que aposte na educação de todos e ao longo de toda a vida como sendo o maior investimento que podemos fazer para virmos a ter um futuro melhor e uma sociedade mais justa.

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Mesmo num quadro menos optimista, nada nos poderá demover e continuaremos a encontrar na missão política valores nobres e desafios estimulantes legitimados democraticamente pelo povo açoriano, acreditando, sempre, nos profissionais competentes que estão nas nossas instituições, ajudando os mais jovens, os alunos, a continuarem a obra de construção de uma comunidade mais justa, mais autónoma, mais responsável, mais cooperativa e, de certeza, mais feliz!

Terminaria citando René Char (Les matinaux) “se a tempestade permanentemente me queima as costas, a minha onda ao largo é profunda, complexa, prestigiante. Não espero nada de definitivo, aceito gingar entre duas



dimensões desiguais. No entanto os meus sinalizadores são de chumbo e não de cortiça, o meu rasto é de sal e não de fumo.”  
Tenho dito.

Horta, 10/12/2008  
Maria da Graça Teixeira